

## **O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS: O LUGAR EM MILTON SANTOS COMO PONTO DE PARTIDA**

*TEACHING GEOGRAPHY IN THE EARLY YEARS: THE PLACE IN MILTON SANTOS AS A STARTING POINT*

*LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA EN LOS PRIMEROS AÑOS: EL LUGAR DE MILTON SANTOS COMO PUNTO DE PARTIDA*

**Virgínia Célia Cavalcante de Holanda <sup>(1)</sup>**

<sup>(1)</sup> Professora Associada da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e docente do Mestrado Acadêmico em Geografia da mesma Instituição.

E-mail: [virginiaholand@hotmail.com](mailto:virginiaholand@hotmail.com)

**Resumo**

Esse artigo foi construído depois de anos trabalhando como professora da disciplina de “Ensino de Geografia nos Anos Iniciais,” no Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). A experiência vivida com os acadêmicos de pedagogia em formação demonstrou a importância da Geografia para os anos iniciais, sendo possível constatar as especificidades didáticas, pedagógicas e desafios nos quais os docentes em formação se encontravam. Os textos explorados foram revelando como era necessário situações que aproximassem os conteúdos formais ao cotidiano, visando explorar os diferentes aspectos de um mesmo fenômeno em distintos momentos da escolaridade, de modo a construir compreensões novas e mais complexas. Nessa perspectiva o trabalho com o lugar foi sendo apontado como ponte para os alunos dos anos iniciais desenvolverem a capacidade de identificar e refletir sobre os diferentes aspectos da relação sociedade-natureza, base necessária a efetivação de uma Geografia Crítica no processo de leitura do espaço nos anos subsequentes. Nossas reflexões ocorrem em diálogos com diversos autores, mas ancoradas sobretudo nas contribuições do Professor Milton Santos para compreensão do conceito do lugar, pensando-o dentro da totalidade mundo.

**Palavras-chave**

Ensino de Geografia; Lugar; Anos Iniciais.

**Abstract**

This article was built after years of working as a teacher in the subject of “Teaching Geography in the Early Years,” in the Pedagogy Graduation Course at Vale do Acaraú State University (UVA). The experience lived with students of pedagogy in training showed the importance of Geography for the initial years, being possible to verify the didactic, pedagogical specificities and challenges in which the teachers in formation were. The explored texts revealed how it was necessary to bring situations that brought formal content closer to daily life, aiming to explore the different aspects of the same phenomenon in different moments of schooling, in order to build new and more complex understandings. In this perspective, the work with the place was pointed out as a bridge for students in the early years to develop the ability to identify and reflect on the different aspects of the society-nature relationship, a necessary basis for the realization of a Critical Geography in the process of reading space in subsequent years. Our reflections occur in dialogues with different authors but anchored above all in the contributions of Professor Milton Santos for understanding the concept of place, thinking it within the whole world.

**Keywords:**

Geography teaching; Place; Early Years.

**Resumen**

Este artículo se construyó luego de años de trabajo como docente en la asignatura de “Enseñanza de la Geografía en la Primera Infancia”, en el Curso de Graduación de Pedagogía de la Universidad Estatal Vale do Acaraú (UVA). La experiencia vivida con estudiantes de pedagogía en formación mostró la importancia de la Geografía para los años iniciales, siendo posible constatar las especificidades y desafíos didácticos, pedagógicos en los que se encontraban los docentes en formación. Los textos explorados revelaron cómo era necesario acercar situaciones que acercaran los contenidos formales a la vida cotidiana, con el objetivo de explorar los diferentes aspectos de un mismo fenómeno en diferentes momentos de la escolarización, para construir entendimientos nuevos y más complejos. En esta perspectiva, el trabajo con el lugar se señaló como un puente para que los estudiantes en los primeros años desarrollen la capacidad de identificar y reflexionar sobre los diferentes aspectos de la relación sociedad-naturaleza, base necesaria para la realización de una Geografía Crítica. en el proceso de lectura del espacio en los años siguientes. Nuestras reflexiones se dan en diálogos con diferentes autores, pero anclados sobre todo en las aportaciones del profesor Milton Santos para entender el concepto de lugar, pensándolo en el mundo entero.

**Palabras clave:**

Enseñanza de la geografía; Sitio; Primeros años.

## Introdução

**D**entre os objetivos da Geografia nos primeiros anos de escolarização estão: (1) Reconhecer algumas das manifestações da relação entre sociedade e natureza presentes na sua vida cotidiana e na paisagem local; (2) Reconhecer e localizar as características da paisagem local e compará-las com as de outras paisagens; (3) Ler, interpretar e representar o espaço por meio de mapas simples.

Em relação aos conteúdos valorizados destacam-se o estudo das manifestações da natureza em suas múltiplas formas presentes na paisagem. A ênfase recai nas diferentes manifestações da paisagem local que propiciem aos alunos a compreensão mais ampla das relações entre sociedade e natureza. Requer a definição de meios de apreensão das transformações que a paisagem local sofre, resultantes de atividades econômicas, políticas, sociais ou hábitos culturais que, de diferentes maneiras, afetam os espaços em que se inserem os alunos. Ressaltam, contudo, que mesmo sendo a paisagem local, o objeto de estudo da geografia ensinada nos primeiros anos do ensino fundamental deve-se procurar romper com a hierarquização dos métodos de transmissão do conhecimento que fragmentou a dimensão da paisagem local daquela construída em espaços sociais mais amplos. Com as palavras do PCN:

[...] o espaço vivido pode não ser o real imediato, pois são muitos e variados os lugares com os quais os alunos têm contato e, sobretudo, que são capazes de pensar sobre. A compreensão de como a realidade local relaciona-se com o contexto global é um trabalho que deve ser desenvolvido durante toda a escolaridade, de modo cada vez mais abrangente (1997, p. 7).

Vê-se que um dos mais importantes desafios da geografia ensinada é a própria ruptura com os métodos pedagógicos tradicionais hierarquizados, fragmentados, descontextualizados, acrescido da necessidade da criação de situações pedagógicas que favoreçam a apreensão do conhecimento geográfico, articulado dialeticamente com as formas como os homens de cada época exprimiam seu pensamento sobre o seu “lugar-mundo”. Aqui o domínio da dimensão teórica do conhecimento geográfico e dos elementos fundamentais do conjunto dos saberes acumulados pela cultura humana torna-se imprescindível.

No processo de leitura do “lugar-mundo” ou dos “lugares-mundo” um aspecto fundamental é a utilização de situações didático-pedagógicas que propiciem ao aluno a aquisição de habilidades para ler diferentes tipos de imagens apresentadas na fotografia, nas produções cinematográficas, na literatura, na pintura, na música, nos mapas, nos gráficos, nas imagens televisivas e, também na observação direta da realidade.

Para o recorte deste trabalho faremos uma reflexão a respeito da trajetória da Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil, desde a atuação do professor licenciado para este nível da educação aos pontos que configuram a geografia ensinada e a geografia possível de ser ensinada tendo o lugar como ponto de partida e a geografia crítica como opção necessária. Encerra-se com as considerações finais.

### **A institucionalização do Ensino de Geografia Para os Anos Iniciais – apontamentos necessários para entender a importância da Geografia Crítica**

O ensino de Geografia passou a fazer parte do currículo oficial do ensino primário no País a partir da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Primário e a Lei Orgânica do Ensino Normal em 1946, conhecida como Reforma Capanema. Até aquele ano, a Geografia fazia parte desse nível de escolaridade de forma indireta, pois os conteúdos geográficos eram estudados em textos dos livros didáticos que os professores selecionavam. Os dados geográficos eram apresentados de forma descritiva, com a predominância do enciclopedismo e da descontextualização;

O ensino de Geografia não integrava diretamente os conteúdos das escolas de primeiras letras. Isso não impediu, porém, que aparecesse de maneira indireta nesses estabelecimentos. Sua presença ocorria por meio da história do Brasil e da língua nacional, cujos textos eram dedicados à descrição do seu imenso território com ênfase para suas dimensões e belezas naturais. (VLACH, 2004)

A Reforma Capanema foi, então, a responsável pela inclusão da Geografia nas classes do Ensino Fundamental elementar e complementar, de acordo com as propostas da Escola Nova o Ensino Primário tem a função de promover o desenvolvimento geral do aluno e não apenas a leitura e a escrita. Desse modo, a reestruturação curricular da educação, de forma geral, e também o ensino de Geografia foram ao encontro das necessidades de assimilação de conhecimentos úteis para a vida em sociedade. Mesmo assim o ensino de Geografia foi embasado no referencial tradicional que, enraizada no positivismo clássico, analisa a realidade



de forma empírica, enciclopédica e neutra, deixando de lado as reflexões sociais de produção do espaço, desligando-se da sociedade e afastando-se de qualquer propósito de contribuir para o seu conhecimento e transformação.

No contexto da sala de aula, configurou-se como uma Geografia centrada na transmissão de conteúdos pretensamente neutros e que mascara as determinações do espaço.

No período de pouco mais de uma década, foram promovidos alguns debates, que tinham o objetivo de alinhar o sistema educacional aos planos do estado capitalista militar, a fim de adequar a educação à ideologia do “desenvolvimento com segurança”. Dessa forma, com a flexibilidade o currículo real de cada estado passou a ser organizado de acordo com as suas peculiaridades e necessidades. Como a Geografia não colaborava para a realização dos objetivos políticos e ideológicos daquele momento, o governo Jânio Quadros<sup>1</sup> instituiu a Educação Moral e Cívica- (EMC) em todos os graus da rede de ensino.

Assim, o ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental sofreu duplamente as conseqüências da lei de Diretrizes e Bases – (LDB) de 1961, posto que a flexibilidade curricular da nova lei permitia a cada estado fazer novos arranjos. Cada órgão estadual de Educação se organizava de acordo com seus recursos humanos e com a instituição da EMC. Os professores, ao se organizarem na sua prática docente, viam uma aproximação muito grande nas questões tratadas na Geografia e na EMC, haja vista que, de acordo com as determinações do Governo, tais disciplinas deveriam ser trabalhadas em círculos concêntricos, sob a égide de Deus e da pátria, englobando num leque maior a família e a comunidade, hoje corremos o risco do *dèjà vur*.

Como podemos ver, a educação escolarizada limitava a adestrar o indivíduo a escrever o nome. A leitura de mundo, que requer um sujeito crítico, com a capacidade de observar e analisar o que está em sua volta, não era de interesse da classe política dominante.

O ensino de Geografia conheceu avanços com a sua institucionalização, por meio da Lei Orgânica do Ensino Básico, mas, também retrocessos, com a pseudo-abertura dada pela LDB/61, que tornou o currículo mais flexível, mascarou a carência de professores formados para ensinar nessas series e a exigência das crianças na escola.

No período da Ditadura Militar de 1964 a 1985, caracterizado pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar. Os professores já não tinham liberdade para exprimir seus pensamentos (considerados subversivos) e, principalmente, desenvolver nos alunos o espírito crítico. O

---

<sup>1</sup> Jânio da Silva Quadros sucedeu ao Presidente Juscelino Kubitschek. Foi eleito em outubro de 1960 com uma expressiva vitória. Mas seu governo durou poucos meses, provocando uma crise política, que culminaria mais tarde no Golpe Militar.

ensino de Geografia e História sofreu um duro declínio, quando o governo autorizou a criação do Curso Superior de Estudos Sociais, agregando nesta formação duas ciências.

Configurando-se por meio da implantação da área de Estudos Sociais para o ensino do 1º Grau (atual ensino fundamental), estabelecido pela Lei nº 5.692/71. A regra geral para a formação do professor, ditada pelo artigo 30 da Lei 5.692/71 evidencia a existência de dois esquemas: o primeiro, correspondente à formação dada por cursos regulares e, o segundo, correspondendo à formação regular acrescida de estudos adicionais, pressupondo a existência de 5 níveis de formação de professores, a saber: 1) formação de nível de 2º grau, destinada a formar o professor polivalente das quatro primeiras séries do 1º grau; 2) formação de nível de 2º grau com 1 ano de estudos adicionais, para formar o professor apto a lecionar até a 6ª série do 1º grau; 3) formação superior em licenciatura curta, destinada a preparar o professor para uma área de estudos e a torná-lo apto a lecionar em todo o 1º grau; 4) formação em licenciatura curta mais estudos adicionais, preparando o professor de uma área de estudos com alguma especialização em uma disciplina dessa área, apto a lecionar até a 2ª série do 2º grau; 5) formação em nível superior em licenciatura plena, destinada a preparar o professor de disciplina, apto a lecionar até a última série do 2º grau. Formações que não garantiram a interrelação das disciplinas História e Geografia.

O saber geográfico até 1990 foi usurpado da população pelo fato da Lei autorizar professores leigos, que em nome da premência de docentes, concedia iguais direitos de exercício docente no curso primário tanto aos portadores do nível ginásial normal quanto àqueles com o diploma secundário de magistério, cujo disposto na lei era regulamentado pelo Distrito Federal e respectivos estados da federação.

Assim, perante critérios variados de formação de professores, para o exercício docente no ensino fundamental, pois cada estado tinha a liberdade de agir de acordo com a realidade específica. que atuarem nas Series Iniciais do antigo 1º Grau, o que reflete diretamente na forma e no conteúdo desse nível de ensino e, em especial, no ensino de geografia, pois esses professores também são órfãos dos conteúdos geográficos durante sua formação.

Conforme Fonseca (1993), o declínio da Geografia e da História nas escolas brasileiras acentuou-se com a introdução dos Estudos Sociais no currículo das escolas primarias que procuravam acompanhar o modelo pedagógico dos Estados Unidos da América. O primeiro estado a adotar tal mudança foi Minas Gerais e posteriormente São Paulo.

Após esta institucionalização dos Estudos Sociais nos anos iniciais e nos anos posteriores do Ensino Fundamental (antigo 1º grau), nota-se que foi uma disciplina que pouco contribuiu para a formação do indivíduo, pelo fato de ocorrer uma excessiva fragmentação do

conhecimento que se colocava a partir das reformas, quando esta disciplina se configurou meramente informativa, superficial e reducionista.

A fim de mesclar em apenas uma disciplina temas oriundos da Geografia, História e Ciências Sociais, houve uma descaracterização e descontextualização dos temas geográficos que, muitas vezes, eram ensinados de maneira tradicional, exigindo cópia e memorização dos conhecimentos, aumentando a sua desvalorização no meio educacional.

Após algumas leituras, constata-se que uma grande parcela da população brasileira de diversos Municípios ficou aproximadamente três décadas, sem estudar Geografia de 1ª a 4ª série, sendo lecionados para esses, a disciplina de Estudos Sociais, sendo que uma grande leva de estudantes até meados dos anos 90, nunca tiveram contatos com os saberes geográficos na escola.

Com o intuito de mudar este quadro da educação brasileira nas últimas décadas foi homologada em 20 de dezembro de 1996, a nova LDB<sup>2</sup>, em substituição as Leis n.4.024/61, n. 5.540/68 e n. 5.692/71, já mencionadas anteriormente. Porém, o dualismo existente entre a educação do povo e a da elite permaneceu. Os governos continuaram com projetos de caráter educacional ligados ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), vinculado a um projeto global neoliberal, que se preocupa somente com o retorno quantitativo, esquecendo de analisar o retorno qualitativo das propostas do ensino.

A LDB/1996 estabelece como regra para a formação dos profissionais da educação o nível superior admitindo, como formação mínima para o magistério no âmbito da educação infantil e das quatro primeiras séries do ensino fundamental a de nível médio na modalidade Normal. Também se intensifica o debate em torno dos riscos de que os institutos apesar de definidos como de nível superior, foram considerados de segunda categoria.

Neste período vivenciava-se a institucionalização ao direito exclusivo do Pedagogo em atuarem no que chamamos de ensino fundamental I, respectivamente desde a Educação Infantil a 4ª série (hoje, 5º ano).

Ocorreu um aumento significativo do acesso da população brasileira ao Ensino Fundamental. Nesse contexto a geografia passa a ser ensinada nos anos iniciais de forma mais ampla com aspectos mais definidos após a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - (PCN) em 1997 e o seu conhecimento nas escolas brasileiras no ano de 1998, Pode-se notar que

---

<sup>2</sup> A LDB/1996 introduz uma inovação, a criação dos “institutos superiores de educação” (art. 62) como uma alternativa às universidades (art. 63): I – cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; II – programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica.

mais uma vez realizou-se uma agregação errônea dos conceitos e conteúdos geográficos e históricos num único volume, dividindo este em duas partes em um só documento. Mas são inegáveis os avanços nas sugestões dos conteúdos a serem ministrados, contidos nos parâmetros. Com rebatimento também na formação do licenciado e na formação continuada dos que atuam no sistema educacional, abrindo portas para uma inserção de conteúdos realmente geográficos nos anos iniciais.

### **As mudanças na abordagem do lugar mundo nos anos iniciais**

A falta de prioridade para uma formação mais adequada dos professores trouxe severos prejuízos ao alunado, assim, o Ensino de Geografia acumulou fragilidades tanto ao que tange as questões metodológicas, quanto às indefinições da seleção de conhecimentos para cada nível de ensino. Situação que passa vivenciar outro cenário a partir do século XXI.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, no entanto, vem sendo consensual que as situações concretas ajudam no processo de aquisição de alguns conteúdos que serão fundamentais para as situações de aprendizagens de conceitos mais abstratos nos anos seguintes.

Tal concepção se junta aos desafios postos pela invasão das novas tecnologias no cotidiano que impõem também formas de interpretação da realidade em curso, através das relações inter escalares baseadas em um modelo explicativo que supera a ideia linear dos círculos concêntricos, tão presentes nas escolas até anos recentes.

Nessa toada o lugar é o conceito fundamental a ser trabalhado nos anos iniciais do ensino fundamental, não ainda como conceito abstrato, mas com situações que possam contribuir para o aluno entender seu lugar de vida e de fala. Ressaltamos, porém, que as situações de ensino aprendizagem não podem perder de vista que o lugar é dinâmico, requerendo métodos de aprendizagem que proporcionem ao educando a compreensão da realidade em curso de forma relacional, as diferentes escalas com suas singularidades.

[...] O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo uma identidade posto que é aí que o homem se reconhece porque lugar é vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida. No lugar emerge a vida, pois é

aí que se dá a unidade social. Cada sujeito se situa num espaço real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si (CARLOS, 2007 p. 22).

O conceito de lugar, na história do pensamento geográfico, remonta aos estudos da geografia tradicional possibilista *La blachiana*, na primeira metade do século XX, nos seus estudos sintetizados dentro da denominada Geografia Idiográfica, permeado pelos elementos que constituem as diferenciações das áreas, estando o lugar ligado à ideia de singularidade.

Mas, durante muito tempo, a abordagem do lugar foi quase abandonada, reaparecendo como conceito central na Geografia Humanista de bases fenomenológicas na década de 1970. Um de seus representantes, *Yu-Fu-Tuan*, incorpora ao conceito de lugar as questões dos laços de afetividade e dos sentimentos das pessoas em relação ao meio em que vivem. Com o movimento mais amplo de renovação da Geografia nos anos 70, surgiram distintas abordagens acerca do lugar, mas sendo consensual o princípio de que o lugar advém das relações sociais.

### **Breves considerações sobre o lugar no pensamento do Prof. Milton Santos**

Parece-nos válido esclarecer nossa compreensão desse conceito. Em nosso quadro de referência teórica, essa compreensão se apoia nas análises do Professor Milton Santos (1996), de onde extraímos o pressuposto de que só é possível o desvendamento do conceito de lugar, atrelando-o a outros, tais como: formação socioespacial, meio técnico-científico-informacional, horizontalidades e verticalidades, densidades técnicas e densidades comunicacionais, coexistência, etc.

Cada aspecto do mundo que tomarmos para análise deve estar articulado ao sistema de conceitos e que devem vir conjugados para que seja possível a explicação e a interpretação, isto é, para que o conhecimento se efetive, para tanto os conceitos devem vir bem explicitados e articulados aos aspectos do mundo que selecionamos analisar.

Essa necessidade advém da clareza de que o lugar “é o espaço do acontecer solidário”, (SANTOS, 1996) ou seja, não delimitável, possuindo uma existência relacional. Subespaço que se qualifica pelas ações que ele mesmo vai abrigando, pelo seu papel no processo das mediações, como oportunidade e possibilidade, nos oferecendo suporte para apreender o uso do território.

Com a aceleração do mundo contemporâneo, os eventos se multiplicam nos lugares, gerando simultaneamente homogeneização e diferenciação. Afinal, o lugar responde ao mundo de acordo com suas possibilidades, o lugar responde ao tempo como possibilidade, diz respeito à possibilidade e cria novas possibilidades.

Cada lugar é, à sua maneira o mundo. Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade corresponde uma maior individualidade. (SANTOS, 1996; p. 213).

O lugar nessa perspectiva não pode ser delimitado, em parte, devido a efemerização dos eventos e, quando se delimita, perde-se o lugar, não sendo ente federado, é ativo, coexistência. Não é normatizado, muito embora as normas se apresentem. O lugar as supera.

Todavia, para a sua captação, se faz imperativo conhecer o território usado através de sua formação socioespacial. Então, deparamo-nos com o lugar e com os usos diferenciados do território.

Para a compreensão das consequências das modernizações que de diferentes formas, afetam a todos e os lugares mais longínquos, faz-se essencial recorrer aos processos históricos que lhe deram origem, posto que, é com o auxílio de uma perspectiva histórica, que percebemos as contradições que marcam as mudanças espaciais.

Contudo, além da periodização, a compreensão da realidade empiricamente, pode ocorrer amparada na cartografia, estatísticas, entre outros recursos, nos levando a todo o momento, ao deslocamento da escala local para a escala regional, nacional ou ainda mundial, numa busca coerente para compreender as correlações de forças entre os lugares.

### **A compreensão do lugar nos anos iniciais amparadas no Pensamento do Prof. Milton Santos**

Conforme já se fez menção, predominou no ensino de geografia duas opções metodológicas na abordagem e na compreensão do lugar, pautada nos círculos concêntricos do tipo analítico partindo da situação escalar imediata para a escala mais distante, ou seja, do próximo para o distante.

Uma outra situação, caminhava na direção contrária do geral para o particular, do todo para o mais próximo, dentro do que se convencionou chamar modelo explicativo sintético. Esses modelos falam das diversas dimensões escalares e seus contornos, mas seus atritos e suas contradições não são explícitos.

Essa compartimentação negava as relações interescalares, e as forças predominantes que geram dentro de um longo processo histórico, feições territoriais diferenciadas e com repercussões na formação do lugar. Assim, o desafio no presente é compreender as relações interescalares não perdendo de vista o lugar-mundo, superando a prática dos círculos concêntricos que limitam o ensino de geografia a descrição da casa, do bairro e, posteriormente, a cidade e bem mais tarde os acontecimentos mundiais.

A abordagem de forma interescalar se faz necessário à construção do conhecimento geográfico, cujo enfoque é primordial para os níveis de complexidade dos anos seguintes, onde o aluno se encontrará com desafios de compreender conceitos fundamentais para a leitura do mundo.

Quando essa geografia é enviesada nos anos iniciais, o aluno poderá não alimentar o interesse por esse campo de conhecimento, acabando por enxergar a Geografia como uma disciplina com predominância da famosa “decoreba”, onde os conhecimentos jamais são discutidos e analisados em sua totalidade. Os conteúdos são posteriormente decorados, para enfim serem respondidos nas provas, depois, esquece-se.

Nos anos de 1990, alguns professores-pesquisadores da Geografia se debruçaram de forma mais intensa sobre as questões conceituais e metodológicas para os anos iniciais, partindo da ideia de que é importante a aproximação entre os conteúdos estudados nas aulas de Geografia e os aspectos vivenciados no cotidiano do educando.

Estudar o município é importante e necessário para o aluno, na medida em que ele está desenvolvendo o processo de conhecimento e de crítica da realidade em que está vivendo. Ali estão o espaço e o tempo delimitados, permitindo que se faça a análise de todos os aspectos da complexidade do lugar. É possível verificar, vivenciar aquela realidade concreta, e os pressupostos que dão conta do que seja a Geografia. (CALLAI, 1998. p. 11).

Comunga desse pensamento Straforini (2004) ancorado nos ensinamentos do Prof. Milton Santos, ao afirmar ser necessário que o professor de Geografia estimule o educando e crie um vínculo entre o mesmo e o espaço à sua volta, para tanto, deve-se criar mecanismos para compreensão das relações interescalares lugar-mundo. Assim,

o aluno poderá aprender a pensar o espaço, e posteriormente, a ler esse espaço, “o que significa criar condições para que a criança leia o espaço vivido” (CASTELAR, 2000, p. 30).

Por ser uma ciência “que estuda a construção do espaço pelos homens, a partir da forma como estão organizadas em sociedade e das condições naturais do espaço” (CALLAI, 1988. p. 16), o professor deve ter como base uma bagagem de conhecimento acerca das questões locais referentes àquele município e/ou lugar do qual o aluno faz parte, para esclarecer eventuais dúvidas e questionamentos que ocorrerem durante a discussão do tema. Dessa constatação advém o imperativo de termos professores pesquisadores.

Da leitura do lugar-mundo vai se configurando a apropriação da leitura de mundo de forma mais consciente e totalizadora, pois nos anos posteriores, o conceito de lugar não desaparece, torna-se mais complexo e mais aprofundada sua discussão, com incorporação de outros conceitos geográficos, mas com o uso dos mesmos recursos, tais como; mapas, gráficos, fotos etc.

Fazer essa leitura demanda uma série de condições, que podem ser resumidas na necessidade de se realizar uma alfabetização cartográfica, [...] é um processo que se inicia quando a criança reconhece os lugares, conseguindo identificar as paisagens, para tanto, ela precisa saber olhar, observar, descrever, registrar e analisar. Fazer a leitura do mundo não é fazer uma leitura apenas do mapa, ou pelo mapa, embora ele seja muito importante. É fazer a leitura do mundo da vida, construído cotidianamente e que expressa tanto as nossas utopias, como os limites que nos são postos, sejam eles do âmbito da natureza, sejam do âmbito da sociedade: (culturais, políticos, econômicos) (CALLAI, 2001; p. 228).

Segundo os PCN’s (1997), a Geografia nos anos iniciais deve ser a área do conhecimento com competência para oferecer os instrumentos essenciais para a compreensão e intervenção na realidade social do educando. Por meio dela, podemos compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço; as singularidades do lugar em que vivemos; o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim, adquire-se uma consciência maior dos vínculos afetivos e da identidade que o aluno estabelece com ele.

[...] não se deve trabalhar mais do nível local para o global hierarquicamente [...]. A compreensão de como a realidade local se relaciona com o contexto global é um trabalho que deve ser desenvolvido durante toda a escolaridade de maneira mais abrangente (PCN’S, 1997, p.116).

É por saber da importância que a Geografia do lugar tem na formação da própria identidade cultural do aluno, que o professor dos anos iniciais deve analisar o estudo do lugar, compreendendo o lugar como nos ensina Santos, (1996), resultante da conjugação de tempos pretéritos e tempos presentes, ou seja, em constante transformação.

## **Considerações Finais**

Com a finalidade de contribuir para as discussões acerca do Ensino de Geografia nos anos iniciais, realizamos um recuo histórico discorrendo sobre a oficialização da disciplina de geografia no currículo dos anos iniciais e as heranças provindas das diversas LDB. As reflexões apontam que em paralelo o avanço da formação do professor para trabalhar nesse nível de ensino e necessário trabalhar com o lugar como ponte para os alunos dos anos iniciais desenvolverem a capacidade de identificar e refletir sobre os diferentes aspectos da relação sociedade-natureza, base para a efetivação de uma Geografia Crítica no processo de leitura do espaço nos anos seguintes.

As reflexões ocorrem em diálogos com diversos autores, mas ancoradas sobretudo nas contribuições do Professor Milton Santos para compreensão do conceito do lugar, pensando-o dentro da totalidade mundo. Nessa toada o professor pode instigar o aluno a entender exatamente a conjugação de tempos, e a formação do lugar. Esse exercício os ajuda a entender o próprio conceito de lugar.

Se construímos a possibilidade do conhecimento do lugar, estamos contribuindo para construção do reconhecimento das conexões existente entre o mundo e o lugar. Estaremos saindo do livro didático e voltando a ele no momento seguinte, identificando os lugares trazidos nos livros didáticos, com as realidades dos grandes centros urbanos, os problemas ambientais do globo, as relações campo-cidade. A proposta é pesquisar o local onde o aluno vive enquanto lugar em movimento, enquanto espaço único e enquanto espaço contido no mundo.

Acreditamos que o primeiro exercício no estudo do lugar, seja a busca pela compreensão das muitas transformações do espaço ao longo do tempo. O desafio implica em muitas provocações, entre eles destacamos: a) Saber entender as transformações socioespaciais; b) Escolher as metodologias mais adequadas para a compreensão das transformações socioespaciais nas aulas de geografia; c) Discutir os

elos existentes entre os conhecimentos geográficos e os demais saberes presentes nos anos iniciais.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_, Decreto-Lei n.8.529 de 02 de jan. de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acessado em 20 de junho 2009.

\_\_\_\_\_, Lei n.4.024 de 20 de dez. de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em 01 de junho 2009.

\_\_\_\_\_, Decreto-Lei n.869 de 12 de set. de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica, como disciplina obrigatória, nos sistemas de Ensino do País. Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em 01 de Junho 2009.

\_\_\_\_\_, Lei n.5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1 e 2 graus. Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em 02 de junho 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n.9.394 de 20 de dez. de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF, 23 de dez. de 1996.

CASTELLAR, Sonia. **Alfabetização em geografia**. Espaço da Escola. Ijuí. Ed. Unijuí. 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.). **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. **Um Lugar no/do Mundo**. São Paulo: FFLCH. 2007. Disponível em: [http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O\\_lugar\\_no\\_do\\_mundo.pdf](http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf)

CALLAI, Helena Copetti & ZARTHA, Paulo Afonso. **O estudo do Município e o Ensino de História e Geografia**. Ijuí. Livraria Unijuí Editora, 1988.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a Ler o Mundo: A Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. In CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org). **Ensino de geografia: práticas e contextualização no cotidiano**, Editora Mediação, 2ª Ed. 2001.

\_\_\_\_\_. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CASTRO, Marlene Campos de Castro. **A importância do ensino de Geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental**. 2006, 67 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia), Faculdades Integradas de Mineiros, Goiás, 2006.

**DOSSIÊ: “Por uma Geografia Escolar Crítica”**

CASTROGIOVANNI (org.). **Geografia em sala de aula práticas e reflexões**; orto Alegre: AGB Seção Porto Alegre. 1998.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. São Paulo: Annablume, 2004. 190 p.

VLACH, V. R. F. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, J. W. (org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas: Papyrus, 2004, p.187-217.